



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141027 - BA (2021/0003066-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE** : LOURIVAL OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**CORRÉU** : EULLER PEREIRA MOURA  
**CORRÉU** : EDSON ROBERTO SILVA DE JESUS  
**OUTRO NOME** : EDSON ROBERT SILVA DE JESUS  
**CORRÉU** : JANDERSON MENDES DOS SANTOS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LOURIVAL OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8028031-78.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 14/12/2018, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 157, § 2º, inciso II, § 2º-A, inciso I, e art. 288, do Código Penal, c/c art. 244-B da Lei nº 8.069/90.

Sustenta que "da análise da inicial e dos documentos acostados, pode-se inferir que foi decretada a prisão preventiva do Recorrente em 14/12/2018, por meio de mandado de prisão preventiva. Não tendo sido realizado, até o presente momento a audiência de instrução e julgamento. Ou seja, há quase 02 (dois) anos custodiado sem que haja qualquer perspectiva de conclusão da ação penal." (fl. 555)

Aduz, ainda, que "o princípio da razoabilidade tem servido como vetor interpretativo na aferição de eventual excesso prazal na conclusão dos processos. O "prazo razoável", embora pareça expressão indeterminada deve ser encarado em cada caso concreto como o absolutamente necessário para a solução do litígio com segurança e eficiência com a devida colaboração de todos que no processo figuram. O que no caso em questão não ocorreu. Pois evidente lesão ao direito do Paciente." (fl. 556)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente